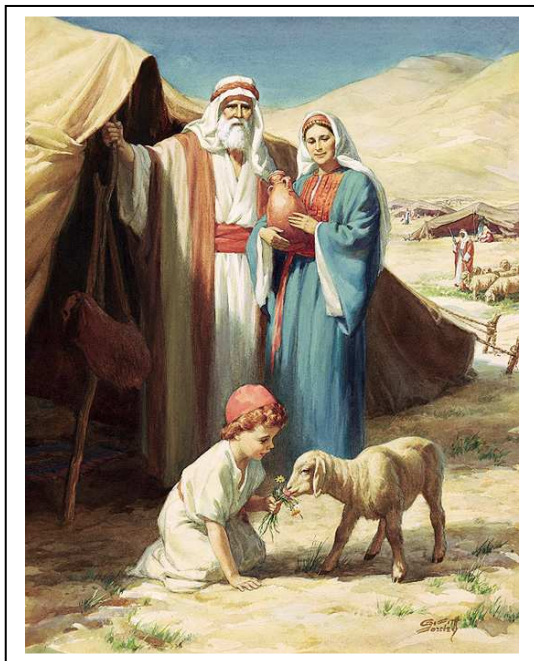


A FAMÍLIA NO ANTIGO TESTAMENTO



“E disse Deus: Façamos o homem à nossa imagem, conforme nossa semelhança; domine ele sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu, sobre o gado, sobre os animais selvagens e sobre todo animal rastejante que se arrasta sobre a terra. **E Deus criou o homem à sua imagem; à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou.** Então Deus os abençoou e lhes disse: Frutificai e multiplicai-vos; enchei a terra e sujeitai-a; dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu e sobre todos os animais que rastejam sobre a terra.” (Gênesis 1.26-28)

1. INTRODUÇÃO

Em nossos ciclos de aprendizado, sempre que nos dispomos a refletir sobre “família”, em primeiro lugar nos deparamos com um termo que é amplo e com significados diversos. Para alguns, família é um grupo de pessoas vivendo sob o mesmo teto. Para outros, família se refere ao grupo de pessoas com ancestralidade comum. Há quem atribua o conceito de família a pessoas ligadas por casamento, filiação ou adoção, enquanto outros consideram como família o grupo de pessoas unidas por convicções ou interesses ou provindas de um mesmo lugar.

Na concepção bíblica o termo “família”, do hebraico **משפחה** (*mispāhāh*), se refere a “*todos os integrantes de um grupo que estão relacionados por sangue e que compreendem esse senso de consanguinidade*”¹. Pelo âmbito espiritual, o vocábulo “família”, do grego **πατριά** (*patriá*), faz alusão “*a todos aqueles que são espiritualmente aparentados por Deus Pai, sendo Ele o Autor do relacionamento espiritual deles com Ele na qualidade de Seus filhos, estando eles unidos uns aos outros em comunhão*”². Os papéis dos membros da família permaneceram quase os mesmos durante o período bíblico. A mudança de cultura e de leis não afetou em grande medida os costumes familiares.

A despeito de viver em sociedade, incorporar conceitos étnicos e adotar comportamentos culturais externos, cada família possui identidade própria. Toda família é composta por peculiaridades intrínsecas aos seus membros. A proposta do presente estudo é analisar, dentro do contexto bíblico do Antigo Testamento, aspectos comuns das famílias veterotestamentárias e suas conseqüentes contribuições para o desenvolvimento familiar ao longo do tempo. Que o Espírito Santo ilumine nossa mente e coração, nos fornecendo a correta interpretação das Sagradas Escrituras. Bons estudos!

¹ VINE, W. E.. *Dicionário Vine: o significado exegético e expositivo das palavras do Antigo e do Novo Testamento*. Trad. Luís Aron de Macedo. Rio de Janeiro: CPAD, 2002. 125 p.

² *Ibid.*, p. 642.

2. A CRIAÇÃO DA FAMÍLIA A PARTIR DO LIVRO DO GÊNESIS

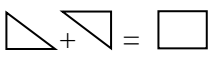
A maioria – quase absoluta – dos leitores do livro do Gênesis entende que, após Deus concluir a criação do “*mundo e tudo o que nele há*” (cf. Atos 17.24), Ele formou Adão do pó da terra e o colocou no Jardim do Éden com o intuito de que o homem guardasse e cultivasse a terra (cf. Gênesis 2.5, 7-8, 15). Após um espaço indefinido de tempo, Deus notou que Adão estava só e que isso não era bom (cf. Gênesis 2.18). Ele, então, toma uma das costelas de Adão e com ela faz uma ajudadora adequada ao homem (cf. Gênesis 2.18, 21-22).

Quando lemos a história da criação, da forma descrita acima, a impressão que temos é de que Deus cometeu algum “equivoco” quando formou Adão do pó da terra. Aparentemente, Sua criação não ficou tão boa como Ele imaginava (cf. Gênesis 1.31) – o homem se tornara um ser solitário. A solução de Deus para contornar esse problema foi, então, a criação da mulher. Sendo assim, teria Deus criado Eva com a simples intenção de solucionar o problema de solidão em Adão? Com certeza, não.

Ao projetar em Seu coração a criação do homem, Deus não pensou exclusivamente no gênero masculino, mas na humanidade em seu aspecto morfológico, isto é, sua aparência estrutural externa, independente do gênero ser masculino ou feminino. A análise de alguns vocábulos descritos em Gênesis, em sua forma original no hebraico, nos ajudará a entender melhor essa ideia. Vejamos:

No hebraico bíblico existem quatro vocábulos que, em português, são traduzidos como “homem”. O livro do Gênesis faz uso de dois desses vocábulos. O primeiro é **אִישׁ** (*’îysh*), que significa “*varão, companheiro*”, pessoa que é distinta pela sua masculinidade, em sua correspondência à mulher, do hebraico **אִשָּׁה** (*’ishāh*) – cf. Gênesis 2.23. O segundo vocábulo é **אָדָם** (*’ādām*), que significa “*humanidade*” – termo usado para aludir ao gênero humano ou ao homem em geral como criatura criada à imagem de Deus³.

Dentro da explicação acima, é possível descrevermos a seguinte fórmula matemática para a criação do gênero humano: **אִישׁ** (*’îysh*) + **אִשָּׁה** (*’ishāh*) = **אָדָם** (*’ādām*), isto é, o homem somado à mulher resulta na humanidade. Quando Deus projetou o ser humano, Ele o fez pensando no casal (cf. Gênesis 1.27).

Homem e mulher são seres humanos diferentes, mas que juntos compõem a humanidade. Ao criar a mulher para o homem, Deus a fez auxílio⁴ “*como defronte dele*”, do hebraico **כַּנְגִּדּוֹ** (*kenegdo* = “*contrário, diferente*”), como a imagem que é refletida de forma inversa no espelho ou a soma de dois triângulos equiláteros com ângulos opostos, que juntos formam um quadrado:  . O

³ VINE, W. E.. *Dicionário Vine: o significado exegético e expositivo das palavras do Antigo e do Novo Testamento*. Trad. Luís Aron de Macedo. Rio de Janeiro: CPAD, 2002. 142-145, 188 p.

⁴ **Auxílio**, do hebraico **עֶזֶר** (*’ezer*), significa “*aquele que ajuda, presta socorro, equilibra*”.

homem e a mulher tornaram-se o núcleo de uma unidade familiar. Sem a mulher o homem é incompleto; ela é parte de seu próprio ser.

Do ponto de vista teológico, o casamento (união entre homem e mulher) é um elemento indispensável ao prosseguimento da raça humana. Quando o Antigo Testamento utiliza a expressão: “*Frutificai e multiplicai-vos; enchei a terra e sujeitai-a*” (cf. Gênesis 1.28a), está fazendo uma alusão clara ao “casamento”. Através dele se percebe a profundidade da relação entre o homem e a mulher a tal ponto de considerá-los da mesma natureza.

O casamento é mais do que um contrato que duas pessoas fazem para seu mútuo benefício. Visto que fazem seus votos matrimoniais na presença de Deus e em seu nome, podem buscar poder de Deus para cumprir tais votos. Deus torna-se uma parte sustentadora do casamento.

A narrativa do livro do Gênesis também expõe o desgaste que naturalmente acontece entre o homem e a mulher que se propõem a viver uma relação mais profunda. Podemos perceber esse fato no jogo de acusações entre homem e mulher: “*Respondeu então o homem: A mulher que me deste deu-me da árvore, e eu comi.*” (Gênesis 3.12).

3. A FAMÍLIA BÍBLICA E O SEU ABISMO HISTÓRICO-CULTURAL EM RELAÇÃO AOS DIAS ATUAIS.

Ao longo do tempo, a família bíblica preservou a maior parte do estilo de vida familiar original, mesmo na era neotestamentária. Ainda assim, a vida da família nos tempos bíblicos refletia uma cultura muito diferente da nossa. É preciso que reconheçamos esta diferença quando nos voltamos para as Escrituras em busca de diretriz na criação de nossas famílias.

Nos dias atuais devemos buscar os princípios bíblicos em vez de copiar diretamente os estilos de vida específicos que a Bíblia retrata. Esses estilos de vida foram projetados para pequenas comunidades agrícolas, e em muitos casos não eram do agrado de Deus.

O ensino bíblico sobre a vida familiar inclui instruções para os filhos, para as mães e para os pais. Veremos exemplos de famílias que observaram a vontade de Deus e foram grandemente abençoadas; veremos também as que desobedeceram a Deus e colheram as consequências.

4. A MULHER E A SUA CONDIÇÃO COMO “PROPRIEDADE” DO MARIDO

Após a comissão do pecado e a conseqüente corrupção de natureza humana, Deus formulou sentenças para o homem e para a mulher (cf. Gênesis 3.16-19). Ao proferir a sentença da mulher Deus disse: “*o teu desejo será para o teu marido, e ele te dominará*” (cf. Gênesis 3.16). No texto hebraico, o termo utilizado para “domínio” é מַשָּׁל (*mashal*), que significa “governar”, isto é, “estar antes”, “conduzir”, “dirigir”, “atender a”. O homem, outrora em condições de igualdade com a sua mulher, passa a ser “o cabeça” dela (cf. 1Coríntios 11.3; Efésios 5.23) – aquele que a conduz, que lhe

estabelece a direção. A mulher tem a responsabilidade de ajudar o marido, e o marido o dever de cuidar da esposa e protegê-la. Embora a mulher devesse obedecer ao marido, ela não era inferior a ele. Significa, simplesmente, que ela deve estar disposta a deixar que ele a dirija.

Com o passar do tempo, a mulher deixou de ser vista pelo homem como “alguém que precisa ser conduzida”. Por causa de uma má interpretação das palavras de Deus no Jardim do Éden, o homem passou a tratar a mulher como sua “propriedade”, e a colocou no mesmo nível de pertencimento que seus imóveis, escravos, animais do campo e meios de transporte (cf. Êxodo 20.17). A mulher era de tal forma considerada sujeita ao marido que segundo a Lei a mulher de um escravo era vendida juntamente com ele.

Uma menina era educada para obedecer ao pai quem questionar. Depois, quando se casava, devia obedecer ao marido da mesma forma. Sara, esposa do patriarca Abraão, é um bom exemplo de como a mulher era vista no Antigo Testamento. Em sua primeira epístola o apóstolo Pedro declara que “Sara obedecia a Abraão, chamando-lhe senhor” (cf. 1Pedro 3.6). No texto bíblico o termo “senhor”, do grego κύριος (*kýrios*), significa “proprietário; alguém que tem o controle da pessoa, o mestre; aquele a quem uma pessoa ou coisas pertence, sobre o qual ele tem o poder de decisão; mestre”⁵. Na língua hebraica o termo grego κύριος (*kýrios*) encontra seu correspondente no vocábulo בעל (*ba'al* = “dono, marido, possuidor”)⁶.

A mulher não gozava de grandes direitos no período veterotestamentário. Com o advento da propriedade da terra, a mulher ficou relegada a uma função meramente doméstica (às vezes se estendia ao mercado), um pouco acima da condição social de um escravo e com a obrigação de “fazer bem ao marido, e não mal, todos os dias de sua vida” (cf. Provérbios 31.12). De qualquer maneira ela continuava sendo considerada uma “propriedade” do homem e era humilhada a maior parte de sua vida. Enquanto o homem tinha privilégios, a mulher estava obrigada a dividir seu espaço com outras mulheres, esposas do seu “marido” ou simplesmente concubinas⁷.

À medida que os filhos chegavam, a mãe ficava mais presa ao lar. Ela amamentava cada criança até a idade de dois ou três anos, além de vestir e alimentar o restante da família. Diariamente gastava horas preparando refeições e fazendo roupas de lã. Quando necessário, a esposa ajudava o marido nos campos, plantando ou colhendo. A mãe também participava da responsabilidade de educar os filhos.

⁵ STRONG, James. *Dicionário Bíblico de Strong: Léxico Hebraico, Aramaico e Grego de Strong*. Barueri: SBB, 2002. 1.352 p.

⁶ HARRIS, R. Laird; ARCHER JR, Gleason L.; WALTKE, Bruce K.. *Dicionário Internacional de Teologia do Antigo Testamento*. Trad. Márcio Loureiro Redondo, Luiz Alberto Teixeira Sayão, Carlos Oswaldo C. Pinto. São Paulo: Vida Nova, 1998. 198 p.

⁷ **Concubina.** Mulher que vive maritalmente com homem, sem estar com ele casada. No contexto bíblico veterotestamentário, trata-se de uma mulher que assume a função de esposa (procriação) no caso da esposa oficial ser estéril; em outros casos, corresponde ao papel da amante em nossa sociedade, só que no caso de Israel, permitida e com o conhecimento da esposa; as concubinas deveriam se submeter às esposas oficiais.

5. A FECUNDIDADE COMO SINAL DA BÊNÇÃO DE DEUS

Todo casal judeu unia-se com a ideia de ter filhos – principalmente um filho homem. Em Israel a fecundidade era sinal permanente da bênção de Deus sobre o homem e a mulher (cf. Deuteronômio 7.14). Ter muitos filhos e filhas significava ser abençoado ricamente por Deus. Vejamos, por exemplo, a bênção que Rebeca recebe ao se despedir de seus familiares: “*Nossa irmã, sê tu a mãe de milhares de milhares, que a tua descendência domine a cidade de seus adversários!*” (Gênesis 24.60). Por outro lado, a incapacidade de gerar filhos era considerada um castigo de Deus.

Ainda hoje, entre os beduínos da Palestina é possível encontrar nos umbrais das portas dos recém-casados, uma espiga carregada de grãos onde cada um deles representa um(a) filho(a) que o casal deseja ter. A família judia esperava que a esposa se tornasse como uma videira frutífera, enchendo a casa de filhos (cf. Salmo 128.3)⁸. Por outro lado, a ausência de filhos em um casamento podia conduzir ao divórcio ou à poligamia, pois o homem tinha de assegurar a sua descendência. Mas em caso de infidelidade conjugal por parte da mulher, a mesma era punida e podia ser condenada até mesmo à morte (cf. Gênesis 38.24).

Normalmente era a mãe quem dava o nome aos seus filhos (cf. Gênesis 29.31-30.24; 1Samuel 1.20). É importante ressaltar que o nome definia a essência de cada coisa e isso se aplica às pessoas – o nome queria dizer o que se esperava, o sentido que se tinha daquela pessoa que nascia. Com relação à educação, essa era tarefa da mãe que ministrava diretamente ou encomendava a alguma “pedagoga” para que educasse a criança nos primeiros tempos. Quando os meninos atingiam a puberdade eram confiados aos pais que tinham a responsabilidade de ministrar o ensino sagrado que incluía o conhecimento da tradição, das prescrições rituais, da história do povo de Israel etc.

6. A FIGURA DOS “FILHOS” NA FAMÍLIA VETEROTESTAMENTÁRIA

No Israel antigo não se conhece, do ponto de vista de registros, nenhuma escola destinada à educação das crianças. Todos os ensinamentos eram passados pelos pais aos filhos no seio da família, como também fazia parte das responsabilidades dos pais ensinar uma profissão aos filhos. Com relação às meninas, a partir da puberdade, continuavam em companhia das mães e se dedicavam ao aprendizado das tarefas domésticas.

Os filhos e filhas recebiam tratamento diferenciado quanto ao gênero: os meninos eram alvo de preocupação enquanto que as meninas eram relegadas, assim como suas mães, a uma condição inferior; sobretudo a educação das crianças era funcional dentro da sociedade do seu tempo. Os filhos homens, como era de esperar em um regime patriarcal, desfrutavam privilégios que eram negados às

⁸ A total falta de planejamento familiar ainda é facilmente constatada nos dias atuais. Em nosso país, por exemplo, um casal morador da cidade de Ubajara/CE teve 38 filhos, sendo que a mãe afirma ter feito o parto de todas as crianças sozinha, em casa (cf. <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2012/03/casal-teve-38-filhos-e-batizou-19-deles-no-mesmo-dia-em-ubajara-ce.html>).

suas irmãs. Isso porque, nos tempos bíblicos, os filhos homens tinham de sustentar os pais quando estes envelhecessem, e dar-lhes sepultamento digno.

As filhas solteiras viviam sob a tutela do pai ou de um guardião. O tratamento dispensado a elas pelo pai não era muito diferente do cuidado com uma mercadoria preciosa – às vezes nem tanto (cf. Gênesis 19.8). Aos doze anos de idade, a filha tornava-se dona-de-casa com seus direitos próprios e lhe era permitido casar⁹. Quando aparecia um pretendente, o pai literalmente vendia a filha ao futuro noivo. Embora a recém-casada deixasse o domínio do pai, ela entrava no novo domínio do marido.

7. A FIGURA DO “PAI” NA FAMÍLIA VETEROTESTAMENTÁRIA

O pai judeu assumia a liderança espiritual da família; ele funcionava como seu sacerdote (cf. Jó 1.5). Esperava-se que ele conduzisse a família na observância dos vários ritos religiosos. O pai tinha, também, de transmitir aos filhos toda a Lei escrita. Ele era admoestado nestes termos: *“as ensinarás a teus filhos e delas falarás sentado em casa e andando pelo caminho, ao deitar-te e ao levantar-te.”* (Deuteronômio 6.7). Nos tempos bíblicos, o homem que não sustentasse adequadamente a família era culpado de ofensa grave. O homem que falhava neste ponto era evitado e escarnecido pelos demais membros da sociedade (cf. Provérbios 6.6-11; 19.7).

Como esposo e pai, cabia ao homem a defesa dos direitos da família perante os juízes quando se fizesse necessário. O órfão e a viúva não tinham um homem que defendesse seus direitos, por isso com frequência lhes era negada a justiça (cf. Deuteronômio 10.18). Por fim, a tradição judaica conferia ao pai quatro responsabilidades para com o filho, além de ensinar-lhe a Lei. Ele devia circuncidar o filho (cf. Gênesis 17.12-13), resgatá-lo de Deus se ele fosse o primogênito (cf. Números 18.15-16), achar-lhe uma esposa (cf. Gênesis 24.4), e ensinar-lhe uma profissão.

8. AS INFLUÊNCIAS DO “CÓDIGO DE HAMURABI” NO SISTEMA FAMILIAR

A nação de Israel se estabeleceu na Palestina por volta do século XIII a.C. aproximadamente. Mas muitas leis seguidas por Israel foram copiadas ou adaptadas do “Código de Hamurabi” – conjunto de leis criadas na Mesopotâmia, por volta do século 18 a.C., pelo rei babilônico Hamurabi. Trata-se de um monumento monolítico talhado em rocha de diorito, sobre o qual se dispõem 46 colunas de escrita cuneiforme acádica, com 282 leis em 3600 linhas. A peça tem 2,25 m de altura, 1,50 metro de circunferência na parte superior e 1,90 na base. Os pontos principais do Código de Hamurabi eram: lei de talião (olho por olho, dente por dente) – cf. Êxodo 21.24, Levítico 24.20, Deuteronômio 19.20, Mateus 5.38 –, falso testemunho, roubo e receptação, estupro, família, escravos e ajuda de fugitivos.

⁹ Nos dias atuais, em alguns países orientais, a realidade de muitas meninas não é muito diferente das que viviam no Antigo Testamento. Para se ter uma ideia, no final do mês de 2014, tramitava no Iraque um projeto de lei, chamado “Lei Jaffari” (novo código da família) que, se aprovado, reduziria a idade mínima de casamento para mulheres, de 18 para 9 anos de idade (cf. <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2014/04/1446928-projeto-no-iraque-reduz-a-idade-minima-de-casamento-para-xiitas-mulheres-para-9-anos.shtml>).



O Código de Hamurabi declarava que um homem podia ter somente uma esposa. No caso desta ser estéril, podia ter outra – chamada זָרָה (*tsārâ* = “esposa rival”, “competidora”¹⁰ (cf. 1Samuel 1.6). Caso sua esposa lhe oferecesse uma escrava para coabitar com ela, então o marido deveria dispensar esta segunda esposa. Este parece ser o caso de Abraão diante da esterilidade de Sara (cf. Gênesis 16.1-2; 25.1-2). Entretanto, como se pode perceber pelo prosseguimento da narrativa bíblica, este preceito não foi levado muito a sério. Se caminharmos um pouco mais na história, verificaremos que as restrições com relação ao número de esposas desapareceram quando Israel entra no período dos juízes e da monarquia – onde um rei selava uma aliança com outro casando-se com a filha do seu aliado. O exemplo mais clássico de poligamia é o de Salomão, que possuía setecentas esposas [princesas] e trezentas concubinas em seu harém (cf. 1Reis 11.3)¹¹. Isto mostra que a maioria dos seus casamentos foram de natureza política.

Uma observação importante: A bigamia de Abrão (Sara e Agar) conforme Gênesis 16.1-16; de Elcana (Ana e Penina) conforme 1Samuel 1.1-8; bem como a poligamia de Jacó, neto de Abraão (Léia, Raquel, Zilpa e Bila) conforme Gênesis 29.21-30.24 e dos reis: Davi, conforme 2Samuel 5.13-16 e Salomão conforme 1Reis 11.1-13 não são parâmetros para aprovação por parte de Deus deste tipo de comportamento. O que se percebe é uma tolerância por parte de Deus para com as escolhas humanas. O fato de alguns homens bíblicos possuírem mais de uma mulher, não é indicativo de que Deus aprova tal prática. Se houve tolerância conforme vemos no Antigo Testamento a uma prática diferente da monogamia, por outro lado, percebe-se o quanto isto trouxe sérios prejuízos não só para os relacionamentos envolvidos, mas também para a nação como um todo. Vale ressaltar que a lei mosaica aboliu algumas práticas extraídas de povos nômades, tais como o casamento de um homem com sua irmã (cf. Gênesis 20.12; Levítico 18.9; 20.17; Deuteronômio 27.22).

9. A FIGURA DO “RESGATADOR” LEGAL DA FAMÍLIA

No Antigo Testamento a base social era a família. Ela era vista como um grupo solidário que oferecia aos seus membros segurança, proteção jurídica e sustento. Por outro lado, a família era responsável coletivamente por erros cometidos por cada um dos seus membros, especialmente pelo

¹⁰ **Esposa rival.** Sugere que geralmente havia amargura e hostilidade entre as esposas polígamas, cujo marido favorecia uma esposa em detrimento da outra.

¹¹ Curiosamente o livro dos Provérbios – cujo autor é Salomão – nunca menciona a poligamia, muito embora toque em muitos aspectos da cultura hebraica.

chefe da família. Nesse contexto surge a figura do גֹּאֵל (*go'el* = “protetor”, “resgatador”), cf. Levítico 25.25-55. O גֹּאֵל (*go'el*) era o responsável pela permanência do patrimônio em poder da família. Ele era um resgatador de bens e pessoas vendidos por causa de dívidas. Cabia-lhe o privilégio de comprá-los. O גֹּאֵל (*go'el*) também era responsável por cumprir o preceito do levirato – lei israelita que consistia em um parente suscitar filhos ao homem que tivesse morrido antes de deixar herdeiros (cf. Rute 3.7-9, 12-13; 4.1-8). Além de resgatador do patrimônio e propiciador de herdeiros ao falecido, ao גֹּאֵל (*go'el*) também cabia o dever da vingança no caso de derramamento de sangue (cf. Êxodo 21.12, 23-25). Esta, sem dúvida, era a função mais espinhosa para o גֹּאֵל (*go'el*) porque implicava matar quem houvesse matado o seu protegido.

10. A PREDOMINÂNCIA DO MODELO PATRIARCAL NA CONSTITUIÇÃO FAMILIAR

A família do Antigo Testamento é definitivamente patriarcal, isto é, estrutura familiar em que o homem, o pai, também chamado de patriarca, detém a liderança da casa. O pai exercia autoridade total sobre os filhos, inclusive os casados que viviam com ele, e sobre as mulheres deles. Os filhos e filhas eram propriedade absoluta do pai e ele podia dispor deles como quisesse; se decidisse fazer isso, podia vendê-los como escravos. Se cometessem um crime grave, tinha o direito de condená-los à morte.¹² Ló dispôs-se a entregar as suas filhas aos homens de Sodoma, quando estes tentaram apoderar-se dos anjos hospedados na casa do patriarca para abusar deles (cf. Gênesis 19.8; Juízes 19.24).

A agressão, a desobediência e a maldição aos pais eram castigadas com a morte (cf. Êxodo 21.15; Levítico 20.9; Provérbios 20.20). Esse poder absoluto, no entanto, parece que foi tornado sem efeito sob a Lei, pois as questões que envolviam a morte de um filho tinham de ser apresentadas às autoridades da nação (cf. Deuteronômio 21.18-20).

11. A FAMÍLIA AMPLIADA NO ANTIGO TESTAMENTO

No sentido mais fundamental, a família hebraica constituía-se por esposo, esposa e filhos. Mas às vezes a família incluía todos os que compartilhavam um teto comum sob a proteção do cabeça da família. Podia ser avós, criados e visitantes, bem como filhas viúvas e seus filhos. Na primitiva história da nação de Israel até quatro gerações viviam juntas. Isto era parte normal do modo de vida seminômade e mais tarde do modo de vida agrícola.

Nos dias do Antigo Testamento, a família ampliada era governada pelo homem mais velho da casa, que também era chamado de “pai”. Jacó continuou no governo da “família” até a morte. O “pai” de uma família ampliada tinha o poder de vida e morte sobre todos os seus membros. Vemos isto quando Abraão quase sacrificou seu filho Isaque (cf. Gênesis 22.9-12), e quando Judá sentenciou sua

¹² DANIEL-ROPS, Henri. *A vida diária nos tempos de Jesus*. Trad. Neyd Siqueira. 2. ed. São Paulo: Vida Nova, 2008. 87 p.

nora à morte porque ela havia cometido adultério (cf. Gênesis 38.24-26). Mais tarde, a lei mosaica restringiu a autoridade do pai. Não lhe permitia sacrificar o filho sobre o altar (cf. Levítico 18.21). Permitia-lhe vender a filha, desde que não fosse a um estrangeiro, ou para a prostituição (cf. Êxodo 21.7; Levítico 19.29). Alguns pais hebreus quebraram essas leis, como no caso de Jefté, que votou sacrificar quem quer que lhe saísse ao encontro após seu retorno vitorioso da batalha (cf. Juízes 11.31, 34-40), e no caso do rei Manassés que queimou o filho para aplacar a ira de um deus pagão (cf. 2Reis 21.6).

Não se sabe quando a família ampliada dos tempos do Antigo Testamento abriu caminho para a estrutura familiar que conhecemos hoje. Alguns estudiosos acreditam que ela se extinguiu durante a monarquia de Davi e de Salomão. Outros creem que ela continuou por mais tempo ainda. Mas, nos tempos do Novo Testamento, a família ampliada havia quase desaparecido¹³.

12. CASAMENTO E DIVÓRCIO NO ANTIGO TESTAMENTO

No centro do conceito hebraico de casamento está a noção de aliança – acordo que implica compromisso legal com ramificações espirituais e emocionais (cf. Provérbios 2.17). Deus é testemunha da aliança do casamento, abençoando sua fidelidade, mas odiando a traição (cf. Malaquias 2.14-16). O propósito do casamento conforme articulado na Bíblia, é encontrar verdadeiro companheirismo (cf. Gênesis 2.18; Provérbios 18.22), produzir uma descendência santa (cf. Malaquias 2.15; 1Coríntios 7.14) e cumprir o chamado de Deus sobre a vida de alguém (cf. Gênesis 1.28). Deus tencionava que o casamento fosse uma relação permanente. Devia ser uma entrega pactual única de duas pessoas que excluía todas as demais de sua intimidade.

Era comum no antigo Israel os pais arranjar o casamento para os filhos (cf. Gênesis 24.47-53; 38.6; 1Samuel 18.17), embora casar por amor não fosse incomum (cf. Juízes 14.2). Os casamentos arranjados realçam a natureza da aliança matrimonial como um compromisso que pretende sobreviver à paixão cega da juventude.

O casamento liga o marido e a esposa a uma realidade maior que qualquer um individualmente, e isso é feito assim para assegurar a continuidade da linhagem familiar. O casamento dentro de um grupo de parentesco – que não fosse muito próximo – era encorajado de forma que não se alienassem as propriedades familiares (cf. Gênesis 24.4; Números 36.6-9).

Um período de noivado precedia a celebração do casamento e a consumação da união matrimonial. A promessa de noivado era considerada uma ligação como o próprio casamento, e a mulher que assumia o compromisso do noivado era considerada legalmente casada (cf. Deuteronômio 22.23-29). O compromisso era concluído com o pagamento de um dote ao pai da mulher (cf. Gênesis

¹³ TENNEY, Merrill C.; PACKER, James Innell. & WHITE JR., William. *Vida cotidiana nos tempos bíblicos*. Trad. Luiz Aparecido Caruso. São Paulo: Vida, 1982. 7-22, 49, 52, 60-61, 70, 77, 131 p.

29.18; Juízes 1.12), que pode ser compreendido como uma compensação dada à família pela perda da filha. O pai desfrutava dele temporariamente, mas o dinheiro retornava à filha após a morte do pai ou no caso dela se tornar viúva. Além disso, davam-se presentes à noiva e à família dela quando a proposta de casamento era aceita (cf. Gênesis 24.53). Assim, o casamento e o investimento econômico que acompanhava a união, era uma relação legal de reciprocidade (cf. Gênesis 31.50).

A lei israelita incluía uma condição para o divórcio, que só podia ser iniciado pelo marido. O casamento era dissolvido contratualmente com uma carta de divórcio (cf. Deuteronômio 24.11). Esse documento continha provavelmente uma fórmula de repúdio declarada oralmente diante de testemunhas: *“Ela não é minha mulher, e eu não sou seu marido”* (Oséias 2.2b). A declaração podia ser acompanhada de um sinal, como o ato de remover a capa da mulher, significando a anulação da promessa, feita na hora do casamento, de protegê-la e sustentá-la (cf. Rute 3.9; Ezequiel 16.8, 37; Oséias 2.3, 9). Uma vez divorciada, a mulher quase sempre voltava a viver na casa do pai. Ao homem não era permitido divorciar-se da sua esposa se ele a tivesse violado antes de ficarem noivos (cf. Deuteronômio 22.28, 29) ou se a tivesse acusado falsamente de não ser virgem na ocasião em que se casaram (cf. Deuteronômio 22.13-19).

13. CONCLUSÃO

Diante de tudo o que foi exposto acima podemos perceber que a distinção do modelo de família idealizado por Deus para Israel, dos demais modelos de família do Antigo Testamento, está no fato de que a família esboçada por Deus no Antigo Testamento é **monogâmica** – aquela em que o homem é marido de uma só mulher e vice-versa; **patriarcal** – estrutura familiar em que o homem, o pai, também chamado de patriarca, detém a liderança da casa; **com uma cadeia de comando específica** – liderança do lar está posta sobre o marido e que ele é que deve zelar pela manutenção da boa ordem familiar; **e um espaço para adoração cúltica** – a família propiciava fortalezas espirituais, morais e físicas contra as investidas de inimigos humanos ou demoníacos, dando atenção a todos os preceitos e mandamentos divinos conforme repassados por Deus. Deus escolheu a família para ser porta-voz de suas verdades. Ensinar aos filhos os mandamentos de Deus é um compromisso que todo crente deve ter, esmerando-se por cumpri-lo com fidelidade e amor.

Com o decorrer do tempo muitas famílias hebreias adquiriram características de uma família **ampliada** – entidade econômica que inclui escravos e assalariados; **endógama** – preferência a casamentos de parentes consanguíneos¹⁴ visando a preservação da integridade do patrimônio; **patrilinear** – o pai determina o pertencimento familiar do bebê; e **polígama** – o número de esposas era proporcional ao prestígio do homem.

¹⁴ O incesto existia, sobretudo nos tempos mais remotos. A prática, embora cada vez menos tolerada, fica proibida terminantemente apenas na época real. O casamento entre tio/sobrinha ou entre primos não é proibido pela lei.